

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Ilzver de Matos Oliveira

**Calem os tambores e parem as palmas:
repressão às religiões de matriz africana e a
percepção social dos seus adeptos sobre o sistema
de justiça em Sergipe**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Direito da PUCRio como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor Direito.

Orientadora: Gisele Guimarães Cittadino



Ilzver de Matos Oliveira

**Calem os tambores e parem as palmas:
repressão às religiões de matriz africana e a
percepção social dos seus adeptos sobre o sistema
de justiça em Sergipe**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Direito da PUCRio como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor Direito. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo assinada

Prof^a. Gisele Guimarães Cittadino
Orientadora
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Fábio Carvalho Leite
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Márcia Nina Bernardes
Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof^a. Jurema Pinto Werneck
UFRJ

Prof. Luiz Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho
UNIT

Mônica Herz
Vice-decana de Pós-graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 3 de Junho de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Ilzver de Matos Oliveira

Obteve o título de mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2004. É professor de direito constitucional na Universidade Tiradentes e seus temas de interesse são direitos humanos, racismo, liberdade religiosa e intolerância às religiões afro-brasileiras.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Ilzver de Matos

Calem os tambores e parem as palmas: repressão às religiões de matriz africana e a percepção social dos seus adeptos sobre o sistema de justiça em Sergipe / Ilzver de Matos Oliveira ; orientadora: Gisele Guimarães Cittadino. – 2014.

239 f. : il. (color.) ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2014.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Liberdade religiosa. 3. Religiões de matriz africana. 4. Sistema de justiça. 5. Intolerância religiosa. 6. Discriminação racial. 7. Representação racial. 8. Conflitos. 9. Judiciário. I. Cittadino, Gisele Guimarães. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Dedico essa pesquisa à minha Avó, fonte da minha espiritualidade e memória da
minha ancestralidade.

Agradecimentos

Ao povo de terreiro do Estado de Sergipe.

À minha orientadora Professora Gisele Cittadino pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho, pela imensa gentileza e dedicação durante todo o processo de orientação. Muito obrigado!

À PUC-Rio e à Universidade Tiradentes, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À colega de turma Vanessa do Canto por todo apoio, parceria e companheirismo nesses anos de estudo.

Aos meus demais colegas da PUC-Rio: Fernando Bentes, Joana Machado e Helena Colodetti.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda.

À minha mãe, ao meu pai (in memoriam) e à minha avó, pela educação, dedicação e amor incondicionais.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra participaram desta conquista.

Resumo

Oliveira, Ilzver de Matos; Cittadino, Gisele Guimarães. **Calem os tambores e parem as palmas: repressão às religiões de matriz africana e a percepção social dos seus adeptos sobre o sistema de justiça em Sergipe.** Rio de Janeiro, 2014. 239p. Tese de Doutorado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A liberdade religiosa é um espaço de disputa entre diferentes denominações que tem ultrapassado o desejo de conter a verdade sobre as coisas para ter o controle dos espaços de poder. Historicamente tida como religiões subalternas, ainda hoje os cultos de matriz africana experimentam situações de perseguição, desconsideração e intolerância. Estes atos provêm tanto de particulares quando de agentes públicos e expressam parte da herança colonial ainda não superada: o racismo. É a ligação entre essas religiões e a África, os africanos e seus descendentes que, mesmo no século XXI, quando muitas dessas crenças deixaram de ser professadas apenas por negros, despertam nos seus opositores dentro do campo religioso ou político as manifestações de intolerância e de violação de direitos dos adeptos das religiões afro-brasileiras. Esse trabalho consiste na análise desse panorama e do impacto que ele tem na consolidação do estado democrático e da laicidade do estado brasileiro. São investigados dois casos de templos religiosos de matriz africana proibidos de funcionamento no Estado de Sergipe e os afroreligiosos participam de um survey sobre representação social do sistema de justiça, de modo que pretendemos abrir o espaço do debate sobre liberdade religiosa e sobre a prestação de serviços por instituições do sistema de justiça para aqueles que pouco ou quase nunca participaram ou opinaram sobre tais questões. O *survey* foi elaborado a partir das demandas e das necessidades específicas dos afroreligiosos quando diante do sistema de justiça e as teorias e as metodologias aqui empregadas como referenciais foram eleitas e pensadas por se adequarem a estes grupos, não o oposto.

Palavras-chave

Liberdade religiosa; religiões de matriz africana; sistema de justiça; intolerância religiosa; discriminação racial; representação social; conflitos; judiciário.

Abstract

Oliveira, Ilzver de Matos; Cittadino, Gisele Guimarães (advisor). **Shut the drums and stop applauses: repression against african-rooted religions and their adepts' social perception about justice system in Sergipe.** Rio de Janeiro, 2014. 239p. Doctoral Tesis - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Religious freedom is an area of dispute between different denominations that has overtaken the desire to contain the truth about things to keep track of the positions of power. Historically seen as subaltern religions, cults today with African roots experience situations of persecution, intolerance and disrespect . These acts come from both private and public agents when expressing part of the colonial legacy still unsurpassed: racism. It is the connection between these religions and Africa, Africans and their descendants, even in the XXI century, when many of these beliefs are no longer professed only by blacks, awaken in their opponents within the religious or political field manifestations of intolerance and violation fans of rights of african-Brazilian religions . This work consists of the analysis of this scenario and the impact it has on the consolidation of the democratic state and the secular nature of the Brazilian state. Two cases of religious temples of banned African origin operating in the State of Sergipe and afrorreligiosos participate in a survey about social representation of the justice system are investigated, so we intend to open up the space of the debate on religious freedom and on the provision of services by institutions of the justice system for those who know little or almost never participated or say about such matters. The survey was developed from the demands and specific needs of afrorreligiosos when confronting the justice system and the theories and methodologies used here as references were elected and thought fit by these groups , not the opposite .

Keywords

Religious liberty; African-rooted religions; Justice system; Religious intolerance; racial discrimination; social perception.

Sumário

1. Introdução	15
2. Cultos de origem africana, discriminação, repressão e luta por liberdade religiosa no Brasil	24
2.1. Cultos de origem africana: dimensão cultural, consequências sociais e políticas e relações de poder no Brasil	26
2.2. Identidade racial e religiosidade afro-brasileira: panorama estatístico da composição religiosa da população brasileira e sergipana	41
2.3. Repressão aos cultos afro-brasileiros: a guerra médico-policial-jurídico-política	61
3. A liberdade religiosa no sistema jurídico brasileiro	82
3.1. O tema da liberdade religiosa na legislação colonial e imperial	95
3.2. A liberdade religiosa na República	111
3.3. A liberdade religiosa nas constituições brasileiras do século XX	120
3.4. Liberdade religiosa na Constituição de 1988	124
3.5. O preconceito religioso e a discriminação religiosa como formas de racismo	127
4. Interações entre o Sistema de Justiça e os cultos de origem africana no Brasil	135
4.1. Natureza e extensão da experiência das religiões afro-brasileiras com a intolerância na atualidade	138

4.2. Ações judiciais envolvendo a liberdade de crença das religiões afro-brasileiras	145
4.3. Ações judiciais envolvendo as religiões afro-brasileiras em Sergipe: estudo de casos	161
4.3.1. Os casos da proibição de funcionamento do Centro Espírita Umbandista São Bartolomeu e do Abassá Ogum Megê	161
4.3.2. Percepção social da justiça pelos crentes dos cultos de origem africana em Sergipe	171
4.3.2.1 Características gerais da pesquisa	174
4.3.2.2 Amostra	174
4.3.2.3 Coleta de dados	176
4.3.2.4 Análise dos dados – características socioeconômicas dos entrevistados	177
4.3.2.5 Análise dos dados – avaliação da justiça sergipana	194
4.3.2.6 Análise dos dados – avaliação da experiência com as instituições do sistema de justiça e com conflitos ligados à intolerância religiosa	197
5. Conclusão	206
6. Referências bibliográficas	215
7. Apêndices	227

Lista de figuras

- Figura 1 – Cultos afro-brasileiros segundo a área. 36
- Figura 2 – Cartazes da Campanha “Quem é de Axé diz que é!” 56
- Figura 3 – Tambores de Terreiro de Candomblé, madeira e metal, apreendidos. (1946). Doação do Dr. Arnaldo Leite Rolemberg, Chefe de Polícia, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 67
- Figura 4 – Ofício encaminhado pelo Chefe de Polícia ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (24 de abril de 1946) encaminhando a apreensão: “Constituindo originalidade o material que este acompanha e apreendido pela polícia, dos adeptos do baixo espiritismo, quando no exercício da macumba, tomou esta chefia a deliberação de enviá-lo a esse sodalício, onde, de certo, despertará a curiosidade dos que se interessam pelo tradicionalismo”. 68

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Representatividade das Religiões em Sergipe	50
Gráfico 2: Representatividade das Religiões em Aracaju	51
Gráfico 3: Principais religiões em Sergipe – 2010	54
Gráfico 4: Composição racial das religiões afro-brasileiras – 2010	59
Gráfico 5: Composição racial religiões afro-brasileiras em Sergipe – 2010	59

Lista de tabelas

Tabela 1 – Origem	177
Tabela 2 – Origem – Capital e Interior	177
Tabela 3 – Moradia	178
Tabela 4 – Idade	178
Tabela 5 – Sexo	182
Tabela 6 – Cor ou raça	182
Tabela 7 – Cor ou raça – Homens	182
Tabela 8 – Cor ou raça – Mulheres	182
Tabela 9 – Estado civil	183
Tabela 10 – Escolaridade	183
Tabela 11-Renda	184
Tabela 12 – Religião	185

Tabela 13 – Religião – Homens	185
Tabela 14 – Religião – Mulheres	185
Tabela 15 – Tempo na religião	185
Tabela 16 – Tempo na religião – Homens	186
Tabela 17 – Tempo na religião – Mulheres	186
Tabela 18 – Cargo na religião	187
Tabela 19 – Cargo na religião – Homens	188
Tabela 20 – Cargo na Religião – Mulheres	188
Tabela 21 – Participação em ONG/Associação	190
Tabela 22 – Participação em ONG/Associação – Homens	191
Tabela 23 – Participação em ONG/Associação – Homens	191
Tabela 24 – Participação no movimento negro/movimento afrorreligioso	191
Tabela 25 – Participação no movimento negro/movimento afrorreligioso – Homens	191
Tabela 26 – Participação no movimento negro/movimento afrorreligioso – Mulheres	192

Tabela 27 - Avaliação geral da justiça sergipana pelos cidadãos afroreligiosos sergipanos	194
Tabela 28 - Avaliação da justiça pelos cidadãos, segundo dimensões específicas	195
Tabela 29 - Avaliação do trabalho dos atores do sistema de justiça	196
Tabela 30 - Experiência com instituições da justiça	198
Tabela 31 - Percepção sobre a intolerância religiosa	201
Tabela 32 - Experiência e avaliação de conflitos	202
Tabela 33 - Busca por órgãos/instituições para pedir ajuda na resolução dos conflitos	204
Tabela 34 - Índice de confiança nas instituições diante de casos de intolerância religiosa	205